

Entre os costumes e o mercado: moeda, comércio e reciprocidades na teia do escravismo colonial (1790-1810).

Between customs and the market: currency, trade and reciprocities in the web of colonial slavery (1790-1810).

Philippe Moreira

Doutorando em História

Universidade Federal Fluminense

prof.philippehistoria@yahoo.com.br

Recebido em: 19/07/2020

Aprovado em: 29/12/2020

Resumo: Esse artigo se propõe a instigar novas formas de percepção da economia colonial em sua longa duração, no Rio de Janeiro em finais do XVIII e começo do XIX, destacando a diversificação de moedas e mercadorias. Esse período, marca uma guinada significativa nas formas de acumulação de riquezas de vários grupos sociais, bem como uma reorganização para atender demandas diversas, sem abrir mão da base dessa peculiar economia, que tinham no escravismo sua força motriz. Tentaremos demonstrar que existiu, pelo menos no recorte proposto, uma economia que conciliava e conectava as duas pontas do Atlântico Sul, num fluxo constante de costumes, pessoas e moedas.

Palavras-chave: Costumes; economia; moeda.

Abstract: This article aims to instigate new forms of perception of the colonial economy in its long duration, in Rio de Janeiro in the late 18th and early 19th, highlighting the diversification of currencies and goods. This period marks a significant shift in the forms of wealth accumulation of various social groups, as well as a reorganization to meet diverse demands, without giving up the basis of this peculiar economy, which had its driving force in slavery. We will try to demonstrate that there was, at least in the proposed cut, an economy that reconciled and connected the two ends of the South Atlantic, in a constant flow of customs, people and currencies.

Keywords: Mores; economy; currency.

Esse artigo busca discutir outras formas de análise da economia colonial por meio da produção, exportação e importação de itens variados, que conciliavam a estrutura social da colônia, a hierarquia e o costume, a uma economia global emergente, moderna, que integrava impérios, nações, pessoas e costumes locais, e que não se assemelha a um modelo rígido, estático. Aliado a isso, existe

também na historiografia sobre a economia colonial, uma falsa ideia de crise na virada do XVIII para o XIX.

Assim, levando em conta tais discrepâncias ou divergências, nossa hipótese central foi que ocorreu seu incremento pela inserção de outros itens que tinham por base a mão de obra escrava. Isso começou a partir de 1750 com a queda da produção aurífera e o consequente realocamento do excedente da mão de obra escrava para a região de Campos, no norte fluminense, tendo o Rio de Janeiro colonial como satélite desse processo de adequação. A partir disso, há uma modificação no comércio que refaz as relações inserindo novos agentes e novas possibilidades de relações monetarizadas. É importante destacar o entendimento de João Fragoso (2000, p. 23), sobre a economia colonial:

A noção dessa economia colonial as vésperas da virada entre XVIII e XIX compreenderia dois movimentos importantes: a mudança nas formas de acumulação, culminando com a hegemonia de uma comunidade de comerciantes de grosso trato como elite econômica da região tratada; e a transformação do Rio de Janeiro como principal praça mercantil do atlântico sul tendo a seu redor circuitos mercantis, que abrigavam o comércio de importação e exportação, os negócios de redistribuição de produtos estrangeiros (europeus, africanos e asiáticos) e o comércio colonial interno Sudeste/Sul coloniais.

O apontamento do pesquisador fortalece as teses sobre uma economia pulsante, com grande diversificação de rotas e agentes. Nesse esteio, não podemos “ ignorar a presença de várias outras moedas” (SAMPAIO, 2014, p. 314), os produtos e as redes de troca indicam uma forte tendência de diversificação. Para ratificar tal afirmativa, discutiremos algumas formas de moeda que serviam para aquisição de escravos em África e para escambo, que tinham também seu valor mensurado até em bolsa de valores, como veremos a frente. Os exemplos mais destacados pela historiografia são a cachaça, melão, búzios (cauris) e fumo (ALENCASTRO, 2000). Aos poucos observaremos como esses e outros itens variavam de valor de acordo com as demandas locais, destacando a cultura como elemento fundamental de fomento desse tipo de troca, mesmo diante da fiscalidade da coroa.

Para que tais formas de moedas fossem integradas às negociações, era desenvolvida uma rede internacional de comércio bem estruturada, que forneceu aos que aqui se constituíam como elite nos trópicos, um campo vasto de atuação. Os comerciantes eram responsáveis pela inserção de itens diversos para a troca em África, Portugal e em outras localidades da costa brasileira. Suely Cordeiro de Almeida (2018, p. 3) chama a atenção para um caso que serve de exemplo para a capitania de

Pernambuco. Destaca, inicialmente, a figura do contratador, sujeito que arrematava e negociava dívidas junto a Fazenda Real em nome do rei, por meios de contratos que acabavam por fazê-lo sócio temporário da Coroa

Os arrendamentos, monopólios e contratos foram solução para apertos financeiros. Eles estabeleciam sociedade temporária oferecida pela Coroa com a Fazenda Real para a exploração do comércio de um produto ou de serviço. O valor do contrato era definido no ato do leilão, pago em parcelas anualmente por três anos. As orientações a respeito dos leilões e arrendamentos estão dispostas para o Brasil no Regimento da Provedoria da Fazenda Real de 1548, e foram aplicadas nas diversas partes da conquista americana por muitas décadas, até que em 1724 foram transferidos para Lisboa e passaram a acontecer na casa do Conselho Ultramarino.

O Conselho Ultramarino passou a gerir todas as formas de contratação que envolvesse a Coroa e as rotas comerciais oficialmente reconhecidas. Era uma forma de controlar e ceder, por vezes, as demandas da fidalguia tanto em Lisboa, quanto em outras partes do reino. A partir de 1731 é que a capitania de Pernambuco começou a ter seus contratos anexados as rodas de leilões de Lisboa, passando a constituir um meio de grande diversificação de produtos usados na troca por cativos na Costa da Mina e, conseqüentemente, engordando os cofres da Coroa.

A título de exemplo, as anotações de José Francisco Rocha a bordo da galera “Aleluia da Ressurreição e Almas”, saída de em sua passagem pelas localidades de Anamabû, Ajudá, Acara e Popo, dão uma noção do quão diversificado eram as trocas. Observa-se que as trocas não se caracterizavam por um tabelamento de mercado, obedecendo, com isso, as normas costumeiras locais. Segundo o mercador, um negro poderia custar “45 tabaco/rolo” em Anamabû ou 28 em Ajudá; uma “molecona” na mesma localidade, poderia custar “32 tabaco/rolo” enquanto uma negra, supostamente adulta, custava oito (ALMEIDA, 2018, p.23). Ou seja, “era preciso ter conhecimento acerca dos produtos que seriam requisitados, uma sintonia com os gostos locais e flutuação dos interesses ou “moda” (*Idem*, p. 25).

Outro item requisitado, eram os búzios, ou cauris, cujo uma “cabeça pequena” significava o quantitativo de 2000 mil e a grande de 4000 mil conchinhas. Um negro poderia custar 96 “búzio/cabeça” em Ajudá, enquanto uma “moleca” poderia ser comprada por 50 (LOPES, 2011). Não sabemos, com precisão, os valores locais, mas serviam para “alimentar o escambo”, assim, os cauris, eram usados como moeda (SILVA, 1992, p.365). Os búzios tinham papel central na manutenção do sistema escravista. Em 1756, o Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Diogo

Mendonça Corte Real mandou aviso ao Marquês de Penalva D. Estevão de Meneses ordenando que o provedor da Alfândega da Bahia verificasse a saída de búzios da cidade, e que “fizesse advertência dele” para que vendessem búzios somente depois de completamente limpos, pois ao não tratar as conchas, o prejuízo era enorme (AHU, Rio de Janeiro, Cx. 127, D. 9930).

No caso desse signo monetário, percebemos um belo exemplo desse processo conciliatório entre economias, e como seu uso variou no tempo e no espaço. A preocupação do funcionário da Coroa com as peças demonstra tal significado. Os cauris, que hoje são usados principalmente nos rituais das religiões de matriz africana, tem um valor milenar para os povos em África e partes da Ásia. Os mercadores comerciantes de escravos se apoderavam desse simbolismo para adquirir mão de obra abundante.

James Walvin (2017, p. 41-42) demonstra ao significado dos búzios já no século XVII. Britânicos, franceses e portugueses compraram suas conchas em leilões realizados pela *United East India Company* em Amsterdã, *Middleburg* e Roterdã. À primeira vista isso parece um comércio muito incomum. Itens do mar de enormes distâncias, do Oceano Índico, enviados para a Europa, onde foram vendidos em leilões, para outros comerciantes europeus que os queriam para seu próprio comércio de escravos africanos na Costa Atlântica. Era um comércio que estendeu 16.000 milhas, equivalente a mais da metade da circunferência da terra. As conchas começaram a seguir as novas rotas, chegavam na Holanda e eram embalados em pacotes ou barris. A cesta padrão de cauris em Roterdã continha 12.000 conchas. Na mesma época, elas chegaram à Grã-Bretanha, os britânicos apreciaram rapidamente seu valor econômico como meio de troca em seu crescente comércio no continente africano.

A relação dos ingleses com o comércio na Índia também incentivou o transporte dos cauris. Seguindo o exemplo, logo a maioria das principais nações comerciais da costa africana colocariam os cauris como parte do pagamento por escravos. O resultado foi o aumento no volume de cauris exportados do Oceano Índico (normalmente via Índia) para a Europa e daí para a África. Na década de 1720, cerca de um milhão de libras em peso de cauris eram contabilizados todos os anos: algo na ordem de 400 milhões de conchas por ano. No período de 1699 a 1790, a Holanda exportou anualmente média de 81 toneladas de conchas para a África Ocidental (em 1749 atingiu 304 toneladas) (WALVIN, 2017, p. 41, 42). Quando lembramos que cada tonelada continha três quartos

de um milhão de conchas, o número real envolvido é gigantesco. No equivalente período, as exportações britânicas eram em média de 57 toneladas por ano. Britânicos e holandeses enviaram anualmente 138 toneladas de conchas no século XVIII, 40 milhões conchas desembarcavam todos os anos na África Ocidental. Entretanto, Walvin (2017) leva muito pouco em conta a prevalência do mercado escravocrata nas Américas e a participação constante dos portugueses e brasileiros nas negociações em África. A citação às Maldivas como núcleo fornecedor dos cauris, na análise desse historiador, também aparece nas discussões de Daniele Santos de Souza (2018), sobre o tráfico na Bahia nos anos de ouro (1690-1790).

Manifesto de um carregamento de mercadorias enviadas ao Sr. Domingo José Martins de Porto Novo perto de Whydah, Costa da África, para instalar uma feitoria e pelo valor de 1.200 escravos que deverão ser expedidos para a Bahia pelo brigue negreiro ‘Três Amigos’:

160 barris de búzios;

544 fuzis;

600 fuzis (com a marca inglesa, mas feitos na Alemanha);

600 dúzias de copos de licor;

300 dúzias de garrafas (de fabricação alemã);

1.200 peças de indianas (tecidos estampados) inglesas;

22 peças de 24 jardas de lona crua da Alemanha;

110 barris de pólvora de 12 libras;

1 caixa de pedras de fuzil.

Estas mercadorias foram carregadas em um navio que partiu de um porto alemão e que, antes de dirigir-se à Costa d’África, passou pela Bahia para completar o seu carregamento, embarcando:

4.000 mangotes de fumo;

1.500 pipas de cachaça.

Este carregamento valia em dinheiro 96 contos de réis ou em francos 228.000, formando uma soma necessária para as despesas de instalação de uma feitoria e para compra de 1.200 negros 151 (?) (MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. QUAI D’ORSAY *apud* SANTOS, 2013, p.112).

Os 160 barris de búzios que são arrolados no manifesto de carregamento de mercadrias, despachadas por Domingos José Martins, são da espécie *Cypraea moneta* ou *Cipraea anullus*.¹ Esse tipo de búzio era a ferramenta de escambo mais tradicional em algumas regiões da Costa do Golfo de Benin, como Lagos, Porto Novo, Ajuda, mesmo tipo detectado por Walvin (2017) no século XVII nas rodadas de leilões na Europa. Entretanto, é importante destacar que pouco se discute sobre a utilização de tamanha quantidade de cauris no território africano, visto que sabemos da sua importância para o comércio de escravos, mas não para o comércio interno, no século XVIII.

¹ Nomes científicos dos cauris mais utilizados.

Santos, em trabalho sobre a economia no candomblé, dá indícios da pluralidade de trocas no continente africano, porém, para o XIX, segundo o autor, a circulação da moeda só era possível em pequenas transações, devido ao seu baixo valor no mercado internacional (SANTOS, 2013).

O acúmulo de mercadorias (provavelmente adquirida com os búzios) era resultado da circulação também de outros signos monetários e tinha o intuito de manter a rede comercial em movimento (SANTOS, 2013). A estruturação desse comércio apresenta características pré-capitalistas, costumeiras, há, quanto a sua motivação, uma sobreposição de interesses. A título de comparação, se o valor dos cauris estava conectado as relações no âmbito da cultura, o tabaco era um importante fator de acumulação no mercado. O progresso da cultura do tabaco na Bahia, ainda no século XVII, foi, segundo Pierre Verger (1987), o principal fator para o estabelecimento do ciclo de tráfico na Costa da Mina. Graças ao fumo, os comerciantes da Bahia criaram um movimento comercial sem precedentes que escapava ao controle da Coroa, “e não era o tabaco de boa qualidade que fortalecia esse intercâmbio, mas sim um subproduto vulgarmente chamado de “soca” (SANTOS, 2013), untado em melado de cana para disfarçar a secura, era misturado as mais variadas impurezas. Este não era consumido no reino, onde destinava-se o melhor das folhas.

Essa perspectiva conciliatória entre tipos de moedas e demandas dos costumes locais é similar com o que Parés (2016, p. 16) relata em relação aos cultos religiosos em África e também se assemelha as disposições normativas que equilibram as duas formas de economia, segundo nossas observações, no Brasil Colonial. “Ao lado de produtos que tinham um mercado consumidor mais amplo”, voltados para o comércio extensivo, existiam outros de valores simbólicos. Na América existem outros exemplos de uso de moeda em economias arcaicas documentado por arqueólogos. Martins (2001) analisa as trocas e relações monetárias arcaicas na sociedade inca. Em um trabalho muito bem estruturado, a pesquisadora detalha os usos de conchas como moeda pelos povos da América pré-colombiana.

A moeda que era usada por esses povos dos Andes era um meio de instituir valores a elementos que fazem parte de comunidades que tem normas institucionais próprias: assim como os cauris, muitas revestiam seus signos monetários de valores espirituais. É uma complexa rede de princípios locais, que podem até se adaptar de acordo com o deslocamento populacional, ou, o que se enquadra no escravismo, com a diáspora. É uma espécie de “transmutação de signos”. A

atribuição de valores e de trocas, depende, como destacado por Polanyi (2012), de um centro de distribuição, quando formada por circuitos costumeiros. Ao colonizador, cabia fazer a leitura da imputação dos valores para que isso possa ser incorporado como elemento para galgar seus interesses. Entretanto, não existia somente para os que aqui se constituíram como homens de negócios a responsabilidade de incrementar essa relação econômica. A título de exemplo, em Angola existiam os sobas, destacados por Flávia Maria de Carvalho (2013, p. 18) como fundamentais para administração dos reinos africanos e sua integração com comerciantes de toda parte.

O reino do Ndongo tinha como principal soberano o ngola, que por sua vez dividia seus territórios em sobados, governados por homens que faziam parte de sua corte, chamados sobas. Os sobas possuíam séquitos, nos quais cada personagem desempenhava papel bem determinado na dinâmica política do sobado. Entre esses personagens destacamos os tandalas (conselheiros principais), os macotas (conselheiros) e os macunzes (embaixadores).

Assim, da mesma forma que agentes coloniais europeus e brasílicos formavam parte dessa estrutura econômica, os sobas também forneciam as demandas locais, favorecendo a inclusão de itens para o escambo: as relações de dependência estabelecidas entre agentes políticos, chefes locais ou mesmo indivíduos famigerados, consistiam na tessitura de laços de subordinação gerados no momento mesmo da imposição/disponibilização dos bens de consumo aos seus respectivos receptores. (SANTOS, 2014). O papel dos sobas e de mercadores brasílicos e europeus na circulação de outras formas de escambo, remete a centúrias anteriores. A relação dos africanos com o comércio apontada também por Roquinaldo Amaral Ferreira (2012), fez dos sobas pessoas que também transitavam entre os mundos. Muitos foram escravizados quando não “contratados” para fazer carreira entre Angola, Rio de Janeiro e Bahia como tradutores, servindo também de pontes culturais na comunidade atlântica. Um exemplo importante desses agentes, destacado por Telma Gonçalves Santos (2014) são os imbangalas, aliados dos portugueses desde meados do século XVI. É bem provável que foram esses indivíduos que ajudaram na percepção dos comerciantes estrangeiros a respeito de que tipo de mercadorias poderia facilitar a aquisição de cativos.

Um outro item, além dos que já apontamos até aqui, como tabaco e cauris, são os tecidos. A transação de tecidos por escravos foi um dos principais eixos mercantis a partir do século XVI, pelo qual Oriente e Ocidente eram conectados numa rede mercantil que se estendia do Atlântico ao Índico, englobando, numa ponta, a prata da América, e na outra, os bens de origem asiática, mas

incluindo, também, outros produtos tropicais e manufaturas europeias, envolvidas na troca de pessoas por bens de consumo variados, dentre os quais os têxteis compunham a maior parte (LOPES; MENZ, 2019).

Lopes e Menz (2019, p. 120) expõem dados interessantes sobre a predominância têxtil. Segundo os pesquisadores citados, entre os anos de 1763-1770, cerca de 53% das mercadorias de contrato em Luanda eram de tecidos. Destes 31% eram provenientes da Europa e 22% da Ásia. Há ainda, no referido texto, uma variação significativa em relações aos tipos de tecidos envolvidos nos contratos. A baeta, produzida na Europa, feita de lã, era negociada por 11.074.090 (valor em réis), a cré de linho por 7.023.460 mil réis, a Bretanha, também de linho, por 6.607.500 mil réis. Sobre os indianos, a predominância do fio é de algodão barateava a carga em relação aos europeus, a chita da Índia de algodão era negociada por 2.788.783 mil réis, a folhinha também de algodão, era negociada a 4.614.887 mil réis (*Idem*, p. 123).

Nesse caso, é uma relação direta entre capital e costume, os produtos envolvidos, de alguma forma no tráfico escravo, tinham relação com as “modas”, agradando todo tipo de gente, utilizados para adornar “as donas”, e para confecção de roupas de “grosso trato”, utilizadas pelos cativos na labuta pesada. Como apontamos, não existia uma troca tabelada de produtos. Era, na verdade, o jogo de oportunidades que faziam as fortunas dos mercadores. O escravismo não foi só responsável pelo traslado de almas, mas também ajudou na formação de redes bem estruturadas de comércio, que envolviam as mais variadas mercadorias. Essa *economia crioula*², foi mais forte a partir da segunda metade do XVIII, com a queda da produção aurífera foi preciso diversificar os itens. Com alto grau de sofisticação, os mercadores transitavam por formas costumeiras e monetárias, moldando e se adaptando às demandas do mercado local: é a circularidade atlântica, que não era restrita somente as rotas de comércio, mas se reconfigurava em meio as relações do cotidiano, negando a rigidez de um mercado totalmente demarcado pelo controle institucional e pelo capitalismo nascente.

Ainda sobre os tecidos, mas com foco por essas bandas, seu papel foi importante na constituição de uma rede de contrabando. No ano de 1785, o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ordena que o vice-rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa,

² Conceito ainda em desenvolvimentos. Trata da integração entre economia e cultura via as conexões construídas entre capital e relações costumeiras: quando a demanda do mercado monetarizado é obrigado a ceder diante a cultura local, fazendo adequações para não perder de vista o lucro.

acabe com todas as manufaturas de tecidos no Brasil, e que fosse feito um levantamento de todas as fábricas, bem como se listasse todos os tipos de tecidos fabricados por aqui. Além disso, era necessário que a alfândega aumentasse a fiscalidade nos portos, pois o reino havia descoberto uma rede de contrabando que usava esse item para extraviar ouro e diamantes (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3,2,6; cx.299, doc. 30).

As fábricas de “galões”³ de ouro e prata instituídas por aqui, principalmente na capitania de Minas Gerais, acabaram dando prejuízo aos cofres da fazenda por fazer diminuir importações do reino para cá. Além disso, eram extraviados pelas fábricas fios de ouro e prata para que fossem contrabandeados em meio a mercadoria. Também foi detectado pelos fiscais, a constante circulação de navios ingleses, franceses e holandeses que praticavam o curso pelos mares do Brasil, ajudando no traslado de artigos. Os holandeses, segundo o relato, eram peça chave no contrabando da costa da África para o Brasil, principalmente nas regiões da Bahia e Pernambuco. Chegavam com cargas diversas, que eram trocadas por tabaco e ouro usados para resgatar escravos na África. Também apareceram registro de diamantes extraviados do Brasil, sendo negociados na praça de Amsterdam (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3,2,6; cx.299, doc. 30): tudo escoado para a Europa por meio do transporte de tecidos⁴.

Para facilitar a circulação de mercadorias, entre elas os rolos de fita galão que saiam daqui, eram utilizados barcos menores, como jangadas e canoas. Atentos a isso, foi ordenado novamente que se fiscalizasse todas as embarcações que circulavam por aqui, pois “a riqueza dessas importantíssimas colônias, ficarão sendo patrimônio de seus habitantes e das nações estrangeiras [...] sendo as fábricas, e manufaturas, e os contrabandos, e descaminhos a origem de todo mal” (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs. 32,27). Para que isso fosse extirpado ficou acertado que se extinguiriam todas as manufaturas produtoras de “galões, ou tecidos de ouro e de prata”, de veludo, brilhante, cetim, seda, algodão e linho, branco ou em cores e chapéus.

A investigação começou a partir das observações do Intendente Geral da Polícia do Reino Diogo Inácio de Pina Manique que informou, um ano antes, a Martinho de Melo e Castro, sua

³ Tecido em forma de fita utilizado na confecção de vestimentas militares, hoje no Brasil é comercializado sob o nome de fita galão. As cores dos tecidos, ouro e prata, facilitava o contrabando dos metais em meio ao estoque.

⁴ Isso quebra de forma significativa a tese de que as manufaturas foram proibidas por aqui para privilegiar as fábricas em Portugal. Na verdade, a proibição vem do fato de que estava sendo contrabandeado entre os itens, ouro prata e diamante.

preocupação com a instalação de duas fábricas de “galões de ouro e prata” no centro do Rio de Janeiro (AHU, Rio de Janeiro, cx. 133, doc. 17) e com a proliferação de teares no recôncavo da Guanabara e nas regiões das minas. Conectando as duas documentações, parece que essa observação desencadeou uma “devassa” descobrindo uma rede de contrabando que envolvia comerciantes brasílicos ingleses, franceses e holandeses, culminando com a proibição das fábricas de tecido por aqui. Como providência, foi pedido a vossa majestade que colocasse agentes para fiscalizar não só os portos, mas logradouros, ruas, estradas, rios, e principalmente as pequenas embarcações em todo o “estado do Brasil”. Estas, é que tinham como entrar nos rios do recôncavo, transportando os tecidos, sendo usadas também para contrabandear ouro e prata. As pequenas embarcações, eram rotineiramente vistas também em enseadas e rios em Santa Catarina e Espírito Santo (AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3, 2, 6; cx.299, doc. 30) .

Era uma estrutura de contrabando muito bem montada estando presente em toda costa do atlântico sul. Esse comércio que entra no continente por meio de rios e estuários se assemelha ao que aponta Walvin (2017, p.41-42) sobre a relação dos ingleses com o comércio em África: envolveu sociedades e economias muito além das regiões tradicionalmente associadas ao comércio atlântico. Assim como em África, os ingleses, juntamente com franceses e holandeses também se aventuravam por estuários e rios no Brasil, estruturando o contrabando fora de mera relação de trocas costeiras. Para que se estruture melhor essas hipóteses, é preciso, para inferências mais precisas, fazer também uma análise dos mapas, espécie de inventários muito bem organizados pela alfândega e que eram o principal documento de controle aduaneiro entre os portos, para que se detectasse de que forma precisa a tão citada variedade de mercadorias, pois mesmo não estando no registro oficial, isso reverbera de alguma forma em outros documentos oficiais.

No ano de 1751 foi produzido um mapa dos navios Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Livramento, e de todas as naus em nome do capitão de mar e guerra João da Costa e Brito. Nele é possível detectar os produtos que faziam as rotas entre a praça do Rio de Janeiro, Lisboa, Luanda, Pernambuco e Bahia. Os itens eram muito variados. O ouro aparece em pó, barra e moeda e quase sempre era remetido ao reino, fruto da cobrança do quinto e do dízimo. O mel, negociado em barris, também aparece com frequência nos mapas. Fumo de primeira e segunda,

madeira (pau-brasil), pipas de aguardente, anil⁵, farinha, couro, marfim, cifres e escravos (AHU, Rio de Janeiro, cx. 51, doc. 83). Em outro documento foi feito um levantamento dos itens fiscalizados que saíram do Rio de Janeiro para os portos de Lisboa, Porto, Faial, Viana, Pernambuco, Bahia, Angola e Benguela no ano de 1796.

Tabela1: todas as mercadorias saídas do porto do Rio de Janeiro no ano de 1796

Lisboa	Porto	Faial	Viana	Pernambuco	Bahia	Angola	Benguela
Aguardente	Goma	Pontas de boi	Aguardente	Farinha de trigo	Carne seca	Canela	Milho
Azeite de peixe	Anil	Couro	Canela	Carne seca	Tomilho	Aguardente	Arroz
Goma	Arroz	Anil	Arroz	Queijo de minas	Farinha de trigo	Arroz	Fumo
Anil	Café	Arroz	Mel	Fumo	Aguardente	Farinha de trigo	Tominho
Arroz	Azeite de peixe	Café	Couro	Tomilho	Queijo de Minas	Tominho	Carne seca
Café	Aguardente	Algodão	Cauris	Aguardente	Arroz	Carne seca	Farinha de trigo
Linho Cânhamo	Canela	Mel	Barbatana	Mel	Fumo	Fumo	Aguardente

*As mercadorias expostas acima estão na mesma disposição do mapa alfandegário.

Fonte: AHU, Rio de Janeiro, cx. 164, doc. 88.

Alguns desses navios desembarcavam os itens trocando por outros para fazer comércio em África. Percebemos que os produtos que poderiam estragar em uma viagem para o outro lado do Atlântico eram destinados aos portos do Nordeste⁶. As maiores quantidades de artigos eram enviadas à Corte, feito o traslado das mercadorias na Europa, seguiam para Angola e Benguela, descarregavam e embarcavam outros itens, entre eles escravos. O açúcar era embarcado nos portos nordestinos

⁵ No Rio de Janeiro existiu uma fábrica desse produto que era usado para tingir as roupas no reino. Em quase todos os mapas de mercadorias a partir de 1750 existe alguma menção a esse item de grande valor na Europa.

⁶ Alguns produtos aparecem repetidos pois a tabela foi disposta da mesma forma que as mercadorias no navio. É provável que isso fosse feito para facilitar o descarregamento de acordo com o porto de desembarque.

junto com os cauris, assim como outras moedas de escambo para o tráfico. Os dados expostos acima apontando para a diversidade econômica da estrutura colonial para muito além da rigidez da plantation. A partir de agora vamos discutir as características gerais de escravos que produziam esses itens. A ideia é conectar a discussão inicial as dinâmicas sociais estabelecidas a partir do incremento da economia colonial.

As fábricas e o escravismo: produzir para sonhar com a liberdade.

Como funcionavam essas fábricas de itens variados? Inicialmente, não se tratava da fábrica de modelo industrial, mas de pequenas manufaturas. Os fabricantes levavam a mercadoria para ser vendida junto aos agentes portuários, que funcionavam como atravessadores negociando o preço e anotando tudo em mapas. E todas as fábricas, fossem elas de tecido, descarte de arroz, anil, óleo de peixe, farinha, açúcar, funcionavam, é claro, com mão de obra escrava. Para além dos produtos que aparecem nos estudos clássicos sobre economia colonial, detectamos alguns que chamam a atenção por aparecer em quase todos os mapas de mercadorias que deixaram os portos cariocas. No ano de 1758, o rei de Portugal Dom José I foi consultado sobre a possibilidade de se estabelecer fábricas de anil no Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina, e Rio Grande de São Pedro (AHU, Rio de Janeiro, cx. 63, doc. 60). Ao que tudo indica, os negócios em torno desse corante foram muito bem, pois em 1784 foi feito em levantamento das fábricas, lavouras e fabricantes que funcionavam em 49 sítios, destes quase todos eram movidos por escravos (AHU, Rio de Janeiro cx.133, doc. 48; cx. 135, doc. 32), algumas inclusive eram chefiados por cativos.

A estrutura montada para o escoamento da produção era impressionante. O anil passava por exames de controle de qualidade, amostras do produto eram enviados ao reino para que um boticário atestasse a boa procedência. O número de agentes variava de sítio para sítio, alguns registraram apenas um fabricante, enquanto outros tinham até 12, entre brancos pobres, escravos e forros. Em um dos poucos trabalhos sobre essa “economia marginal”, Fábio Pesavento (2005) demonstra o papel fundamental do anil da dinâmica colonial, explicando que tal cultura proliferou pelo Norte do Brasil, mais especificamente no Grão-Pará e Maranhão. Entretanto, a falta de mão de obra especializada e a escassez de escravos levaram seus incentivadores a migrar para o Sudeste, já que na região mão de obra era o que não faltava, elevando assim, a capacidade produtiva das fazendas ampliando a possibilidade de riqueza. “A lavradora e os anileiros diversificavam a sua produção

entre diferentes culturas, além do anil, tais como a mandioca, o arroz, o feijão, o milho e a cana-de-açúcar” (*Idem*, p. 56). O azul do anil representou parte significativa dos produtos exportados. Essa variedade de produção, incluía trabalho e maior possibilidade de ganhos para os escravos para, quem sabe, e após a mudança de *status* jurídico – de escravo à liberto, ascender socialmente. Mais um indício forte dos motivos da não inserção de pessoas escravizadas na capitania fluminense à resoluções sociais: diante de tamanha pujança econômica, não compensava o risco de morte provocado por fugas e revoltas, a economia crioula, mais a fragmentação identitária, ajudou na adequação do escravo urbano ao trabalho, facilitando também o controle social por parte dos senhores.

Em uma análise dos inventários *post mortem*, listamos as profissões de escravos inventariados por seus senhores entre os anos de 1790 e 1808. A diversificação reforça hipóteses discutidas acima: a de que, por meio do levantamento das mercadorias que deixavam o porto carioca expostas nos mapas de embarcações, podemos enxergar o Rio de Janeiro como o lugar onde a atividade de ganho e as características laborais das pessoas escravizadas (habilidades que estes tinham para execução do serviço), tinham maior preponderância que em outros territórios da América portuguesa, o que talvez tenha contribuído para a proliferação de modalidades de alforrias. Se num dia eles poderiam executar o serviço de pedreiro, no outro seria de ourives, e assim irem juntando pecúlio para aquisição da liberdade.

Tabela 2: Profissões / ocupações dos escravos.

Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Alfaiates	9	Alfaiate e barbeiro	1
Barbeiros	5	Barqueiros	9
Boleiro	1	Cabeleireiros	2
Cabouqueiro	1	Calafate	1
Carpinteiros	13	Carpinteiros da ribeira	2
Correeiros	2	Carreteiro	1
Carroceiros	2	Chapeleiro	1
Feitor de chácara	1	Ferreiros	10
Lapidários	2	Malhadores de ferro	4
Marceneiros	2	Marinheiros	3
Ourives	3	Padeira	1

Pastor	1	Pedreiros	13
Pescadores	22	Quitandeiras	3
Roça	16	Serviço de roupa	1
Sapateiros	12	Serradores	2
Tripeira	1	Vendedor de doces	1
Costureiras	26	Costureiras / engomadeiras	5
Costureira / lavadeira	1	Serviço da cozinha	1
Cozinheiras	10	Cozinheira / lavadeira	1
Serviços domésticos	196	Rendeiras	6
Lavadeiras	3	Serviço da chácara	6

Fonte: Arquivo Nacional, inventários *post mortem* (1790-1810)

Assim, o que queremos apontar são elementos que embase uma das nossas hipóteses: a de que havia uma grande variedade de postos de trabalhos, que não eram totalmente ligados a lavoura e foram ocupados por escravos, posto que eram nas cidades onde se encontravam o maior contingente de pessoas escravizadas. No caso do Rio de Janeiro, existiram, portanto, outras formas de inserção desses agentes na economia colonial. Fato pouco levado em conta quando se fala da adequação de escravos ao mundo colonial. A variação de possibilidades de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, era fundamental para os senhores que, através do sistema de “jornadas”, lucrassem com as atividades laborativas de seus cativos.

Considerações Finais

Esse é um dos cenários da formação econômica na América Lusa. A circularidade de mercadorias ajudava a manter estável parte significativa da escravaria no Rio de Janeiro por meio da ampliação de atividades laborativas. Isso só era possível através da formação dessas conexões atlânticas (FERREIRA, 2006), que passava por um constante refazer econômico, político e social. As fábricas atendiam as demandas da Europa e da África, assim como de outras capitanias desse lado do atlântico.

A partir desse intercâmbio social e econômico, é que a crioulização econômica forneceu aos comerciantes e senhores de escravos os códigos que influenciavam na apropriação de signos culturais, como no caso do uso do *cauris* como moeda. Essas redes de relações comerciais/culturais,

lucro/costumes, foram infiltrando as demandas em meio ao controle imperial lusitano: são faces de um mesmo corpo, processo de adequação e negação, foram tecendo e desfazendo suas redes, como a Penélope a espera de Ulisses na mitologia grega: tece quando lhe convém, desfaz os enlaces, repara os fios ou desfaz e refaz até a realização do seu desejo maior, o de conseguir um lugar ao sol na pirâmide social. Tudo isso se dá para que se mantenha o “estado das coisas”, Penélope não aceita casar com outro homem após a partida de Ulisses, espera seu amor e segue tecendo de dia e desfazendo a noite. Assim como os agentes do mundo colonial, não lhes faltavam fios nem disposição, não há escassez, vontades são atendidas ou desfiguradas, mas quase nunca não são adequadas ao sistema.

Fontes digitalizadas:

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro AHU, ACL_CU_005_, Cx. 127, D. 9930.

AHU, Rio de Janeiro cx. 134, docs.32,27, cx.140, doc.88, cx. 135, docs. 3,2,6; cx.299, doc. 30.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 63, doc. 60.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 133, doc. 17.

AHU, Rio de Janeiro, cx. 164, doc. 88.

AHU, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.

Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Rotas atlânticas: O comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (1724–1752) **História**, São Paulo, v.37, 2018. p. 1-31.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII**. 2013. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Microescala do Tráfico de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. **Revista Tempo: Dossiê (África)**, Niterói, nº 20, 2006. pp. 33-59.

FRAGOSO, João. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **Locus: Revista De História**, v. 6, nº1, Rio de Janeiro, 2000. pp.9-36.

Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20500>>. Acesso em 20 abr. 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, Gustavo Acioli; MENZ, Maximiliano M. Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII). **Revista Brasileira de História**. vol.39, n.80, 2019. pp.109-134.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MARTINS, Cristina Bertazoni. **O papel do “dinheiro primitivo” na economia Inca**. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PARÉS, Luis Nicolau. **O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. O processo de criouliização no Recôncavo baiano 1750-1800. **Afro-Ásia**, 331, 2005. pp. 87-132.

PESAVENTO, Fábio. **O azul fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. “A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no Século XVIII.” In: FRAGOSO, João e GOUVÊA Maria de Fátima (org.) **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Vol. 3.

SANTOS, F.G. **Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937**. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Telma Gonçalves. **Comércio de tecidos europeus e asiáticos na África Centro-Ocidental: fraudes e contrabando no terceiro quartel do século XVIII**. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança. A África antes dos portugueses**. São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1992.

SOUZA, Daniele Santos de **Tráfico, escravidão e liberdade na Bahia nos “anos de ouro” do comércio negreiro c.1680-c.1790**. 2018. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: Dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

WALVIN, James. **Slavery in Small Things: Slavery and Modern Cultural Habits**. JohnWiley & Sons, Inc, 2017.